

Formação de professores em Três Lagoas/ MT: Escola Normal Dom Aquino Corrêa (1952- 1975)

*Teacher Training in Três Lagoas/MT:
Dom Aquino Corrêa Teacher's College (1952- 1975)*

Margarita Victoria Rodríguez • Hellen Caroline Valdez Monteiro

RESUMO

O presente artigo é parte do resultado da pesquisa de mestrado em educação, e tem como objetivo discutir dois aspectos da institucionalização da formação de professores na Escola Normal Dom Aquino Corrêa em Três Lagoas, sul do estado de Mato Grosso no Brasil. O primeiro diz respeito à origem social dos estudantes que essa instituição formou com o objetivo de atender as necessidades de desenvolvimento econômico da região. E o segundo aspecto diz respeito ao crivo curricular do curso normal nos anos em que perdurou a instituição, de 1952 à 1975. Para tanto, adotamos como procedimentos metodológicos a coleta e análise de documentos da referida escola, bem como a realização de entrevistas com ex-alunas, e uma ex-professora da instituição. Apontamos como resultados que devido à construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, o município de Três Lagoas demandou a instalação de instituições escolares, tanto de ensino primário, como normal para formar a população urbana, que atenderam principalmente os filhos de ferroviários. E com relação ao currículo, verificamos que esteve em conformidade com as determinações de contexto político, ideológico e educacional, desse momento histórico, tanto no que diz respeito à incorporação de pressupostos pedagógicos da Escola Nova até sua decadência com a ascensão do tecnicismo.

Palavras-chave: Escola Normal Dom Aquino Corrêa, Três Lagoas- Brasil, Formação de Professores.

ABSTRACT

This paper is part of the result of a Master's degree research in education, and it aims to discuss two aspects of the institutionalization of teacher training at Dom Aquino Corrêa Teacher's College in Três Lagoas, south of the state of Mato Grosso in Brazil. The first concerns the social origin of the students that this institution formed in order to meet the economic development needs of the region. And the second aspect concerns the curricular sieve of regular school in the years in which the institution lasted, from 1952 to 1975. To this end, we adopted the collection and analysis of documents from that school as methodological procedures, and also conducted interviews with former students and a former professor at the institution. We pointed out as results that, due to the construction of the Noroeste do Brasil Railway, the county of Três Lagoas requested the installation of educational institutions, such as elementary school, middle school, and high school, to train the urban population, which mainly served the children of railway workers. Regarding the curriculum, we found that it was in conformity with the determinations of the political, ideological, and educational context of that historical moment, with regard to the incorporation of pedagogical assumptions of Escola Nova until its decline with the rise of the technicist pedagogical trend.

Keywords: Dom Aquino Corrêa Teacher's College, Três Lagoas- Brazil, teacher training.

Margarita Victoria Rodríguez. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil. Graduado en Licenciatura en Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de Luján, doctorado en Filosofía e Historia de la Educación por la Universidade Estadual de Campinas y Postdoctorado en Historia de la Educación por la Universidade Federal de Minas Gerais. Tiene experiencia en educación, con énfasis en Historia de la Educación y Política Educativa. Correo electrónico: poroyan@uol.com.br. ID: <https://orcid.org/0000-0003-3075-9336>.

Hellen Caroline Valdez Monteiro. Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Estudia el Doctorado en Educación y tiene los títulos en Pedagogía y Máster en Educación de la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tiene experiencia en educación en las siguientes áreas: historia de la educación primaria y de las instituciones escolares, política de formación docente, sindicalismo y apreciación docente. Actualmente es una maestra efectiva en el Municipio de Campo Grande, MS- Brasil. Correo electrónico: hellen.caaaroline@gmail.com. ID: <https://orcid.org/0000-0002-6602-318X>.

Introdução

O recorte temporal do trabalho se centra no período de 1940 até 1970, porque aborda as duas leis que regulamentaram a formação de professores no Brasil, nesse momento histórico: a Lei Orgânica do Ensino Normal, nº 8.530 de 1946 que legislou a respeito da Escola Normal e a Lei nº 5.692 de 1971 que transformou todos os estabelecimentos de ensino primários em escolas de 1º grau, e o ensino secundário em 2º grau, e as antigas escolas normais que formavam professores primários, passaram a ser apenas “Habilitação Específica para o Magistério”. Essa última reforma esteve consoante ao Golpe de Estado de 1964 que instalou uma ditadura cívico-militar que perdurou até a década de 1980, quando a redemocratização da sociedade brasileira (Saviani, 2013).

A Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) foi promulgada durante o processo de democratização brasileira, que se consubstanciou após a ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945). As Leis que regeram a educação nacional entre os anos 1940 e 1968 foram as Leis Orgânicas do Ensino que regulamentaram o ensino elementar e o profissionalizante. Se tratava de um ensino classista e dualista, pois dividiam aqueles egressos que teriam acesso ao Ensino Superior, daqueles que ingressariam ao mercado de trabalho por meio dos cursos profissionalizantes. Ressalta-se que essa seletividade se iniciava ainda no Ensino Primário.

Nesse momento histórico o país se industrializou sob os moldes de investimentos externos, permitindo à população presenciar construções de grande porte e terem acesso aos bens que não se produziam nacionalmente, sob a forma de substituição de importações. E quanto ao modelo político ideológico vigorou o nacional desenvolvimentismo, o discurso estatal era forte, ao mesmo tempo em que a presença internacional também se manifestava massivamente por meio de seus investimentos no sistema produtivo e financeiro (Basbaum, 1982).

O estado de Mato Grosso se integrou ao processo de expansão do capital, no Brasil, como produtor pecuário. E a presença das instituições escolares no estado, se deram nos municípios mais desenvolvidos economicamente. Com relação à formação de professores oferecidas pelas Escolas Normais, no sul do estado, somente houveram essas iniciativas institucionais nos seguintes municípios: Aquidauana, Ponta Porã, Paranaíba, Campo Grande, Cuiabá e Três Lagoas, número pequeno se considerado a extensão do estado, mas ressalta-se que ainda havia uma grande parcela da população que morava no campo.¹ Mas quando estudamos a história desses territórios separadamente, evidenciamos que a instituição responsável por formar professores só emergiu por uma necessidade social, imposta pelo desenvolvimento econômico de cada região. E a presença do capital monopolista foi determinante para que houvesse a base material para o financiamento desse grau de ensino, pela demanda que se gerou em cada uma dessas cidades.

Os fatos que contribuíram para materializar essa instituição, no município analisado, foram: I) a localização geográfica com relação ao grande centro comercial e industrial

¹ De acordo com o Censo de 1950 63,3% da população do estado vivia nas áreas rurais, em 1960 58,24% morava no campo, e em 1970, 54,47% ainda estavam nessas localidades (IBGE, 1950, 1960, 1970).

brasileiro, São Paulo, a Ferrovia Noroeste do Brasil atravessava Três Lagoas, a cidade era ponto de passagem obrigatório e de escoamento da produção agrícola e mineira da região; 2) a construção da Usina Hidrelétrica de Jupia que movimentou grande número de trabalhadores e propiciou a urbanização e modernização da cidade; 3) a produção pecuária e, 4) a exploração de eucalipto.

Três Lagoas cresceu urbanamente,² em função dos aspectos antes mencionados, a urbanização da cidade manifesta uma especificidade diferente com relação ao estado de Mato Grosso, que mantinha sua base populacional predominantemente nas regiões rurais. Além disso, a Ferrovia Noroeste do Brasil que foi construída principalmente para o transporte de mercadorias passava por Três Lagoas, e empregava grande parte de seus trabalhadores que se instalaram com suas famílias na cidade, os que demandaram educação primária para os filhos e, portanto, também a formação dos professores para atender esse contingente escolarizável.

A Escola Normal Dom Aquino Corrêa foi fundada em 1952, no governo de Fernando Correia da Costa (1951-1956), mediante a Lei nº 501 de 21 de outubro de 1952 e terminou suas funções em 1975, devido as reformas implantadas mediante a Lei nº 5692 de 1971 durante a ditadura. A referida instituição foi instalada com o regime regular de três anos. Segundo Costa (2015), a instituição, anexa ao prédio do Ginásio 2 de Julho, funcionou de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal, art. 9, ou seja, seguiu o regime de segundo ciclo, como autorizado em Mato Grosso em 1948. A instituição ocupava as mesmas dependências do prédio em que funcionava o Ginásio 2 de Julho no contraturno matutino. O artigo está constituído de duas partes, a primeira, intitulada: “O público da Escola Normal Dom Aquino Corrêa” na qual se analisará o público que a instituição atendeu porque consideramos importante, dado que permite evidenciar que as instituições escolares surgem a partir da necessidade social de escolarizar um contingente de indivíduos que estão inseridos no modo de produção capitalista, e ainda, a institucionalização da educação pública teve como propósito desenvolver economicamente a região. Em um segundo momento, no tópico intitulado: “Organização Curricular” que discutirá a seleção de disciplinas e a fundamentação teórico-metodológica das mesmas. Com relação ao currículo da Escola Normal, utilizamos para as análises Apple (2006) que justifica a relação entre estrutura econômica e educação, e sua conexão entre conhecimento e poder, também relevantes para compreender porque determinados conhecimentos foram selecionados.

O público da Escola Normal Dom Aquino Corrêa

Para compreender o papel social das instituições escolares, num momento histórico dado, é muito importante identificar a origem socioeconômica da população que a frequentava. Para tanto, foi possível elaborar gráficos mediante a análise dos dados coletados disponíveis nos Livros de Matrículas (1964-1969) da instituição que mostram as profissões

² Em 1940 o município de Três Lagoas tinha 15.378 habitantes, em 1950, 18.803; em 1960, 31.960 e em 1970, 55.513 habitantes. (IBGE, 1950, 1960, 1970).

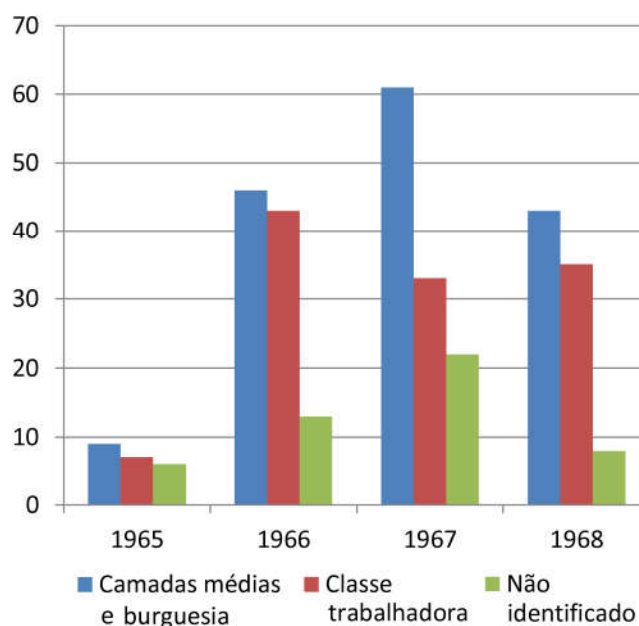
dos pais das normalistas matriculadas. Somente foi factível analisar esses dados entre os anos de 1965 e 1968, devido à falta de outra documentação na escola.

Naquele período, a alimentação, transporte, material didático e uniforme não eram financiados pelo Estado, ou seja, esses e outros meios materiais para realizar os estudos eram providenciados pela própria família. Portanto, não haviam políticas públicas de assistência e de permanência destinados aos alunos normalistas.

³ Para ver na íntegra as análises, consultar Monteiro (2018).

Com relação à origem social e econômica dos estudantes, verificamos³ que houve um equilíbrio da proveniência social dos normalistas, por um lado, filhos da classe trabalhadora estudaram na instituição, e por outro, filhos de pais pertencentes às camadas médias e burguesa. No gráfico a seguir detalhamos essa proporção com dados referentes aos anos de 1965 e 1968:

Figura 1. Gráfico Origem Social das ex-normalistas (1965-1968).



Fonte: EEDAC. Livro de Matrículas (1964-1969), elaborado por Hellen Caroline Valdez Monteiro.

Na figura I verifica-se que no quadriênio 1965- 1968 foi maior a participação de estudantes provenientes das camadas médias e da burguesia comparado à presença de filhos da classe trabalhadora. No ano de 1967, essa diferença foi maior, entretanto podemos considerar que houve um equilíbrio no acesso entre as classes sociais: 46,76% são provenientes das camadas médias e burguesia, 38,02% da classe trabalhadora, e 15,21% não identificado.

Com respeito as categorias profissionais dos pais, nos anos analisados, a profissão que predominou foi a de ferroviário, seguida de fazendeiros e comerciantes. Ou seja,

em primeiro lugar a presença massiva da classe trabalhadora, os ferroviários, porque a Ferrovia Noroeste do Brasil foi um dos marcos de desenvolvimento de Três Lagoas como apontamos.

Mas vale ressaltar, que os trabalhadores da ferrovia, possuíam certa estabilidade laboral, pois eram funcionários públicos federais, e gozavam de reconhecimento social na cidade. Se verifica nas entrevistas com duas ex-normalistas, filhas de ferroviários, formadas na Escola Normal investigada, que esses trabalhadores, tinham a confiança dos comerciantes, estes vendiam seus produtos a crédito para os ferroviários, pois sabiam que dia a empresa efetivava o pagamento. A segurança do pagamento estava “garantida” porque chegava de trem mensalmente, um funcionário enviado pela empresa, responsável por entregar a remuneração dos ferroviários. Além disso, casar-se com ferroviário, também era sinônimo de estabilidade, pois eles tinham casa para morar.

A entrevistada Terezinha Bazé de Lima explicou: “Antigamente, as mulheres queriam casar ou com ferroviário ou com funcionário da CESP,⁴ tinham salário e tinham casa para morar” (T. Lima, comunicação pessoal, 2017, 24 de fevereiro). Segundo a análise da proveniência social das ex-normalistas, de fato, grande parte eram filhas de ferroviários, o que comprova o depoimento. Essa profissão era valorizada naquela época, pois significava garantia de salário e de moradia. Lima (2017) ratifica:

[...] o pagamento dos ferroviários, nós já sabíamos quem era o passageiro que vinha [de trem] fazer o pagamento do nosso pai, e a cidade sabia, aguardava o pagamento. Aqui pagávamos com uma cadernetinha, todo lugar tinha, era o pão, era o açúcar, açougue, cooperativa, livraria... nós íamos com a caderneta do meu pai. A cidade inteira vendia para os ferroviários [...].

Sobre a urbanização, a entrevistada Marizeth Bazé Kill destacou que o povoamento da cidade de Três Lagoas se deu pela grande presença dos ferroviários, que moravam com suas famílias em residência fixa, no bairro dos ferroviários: “A construção da Ferrovia Noroeste do Brasil foi responsável pela povoação de Três Lagoas e do Bairro Nossa Senhora Aparecida e Santa Luzia” (Kill, 2017).

Como apontamos, houve um equilíbrio da origem social dos pais dos ex-alunos, tanto tinha acesso à instituição os filhos da classe trabalhadora, quanto também os fazendeiros, comerciantes, e diversas outras profissões como lavrador, radialista, militares, carpinteiros, pecuaristas, alfaiates, mecânico, pedreiro, entre outros. Lucrecia Stringheta Mello, ex-docente entrevistada, reforça essa informação ao considerar:

O que eu tinha em salas de aula: moças de Três Lagoas, muitas vezes filhas de fazendeiros, meninas que queriam ser professoras de uma classe média baixa, mas tinham as de classe média alta também... então era um grupo bem seletivo que tinha vontade de aprender [L. Mello, comunicação pessoal, 2017, 24 de fevereiro].

Nota-se pela fala da professora que era socialmente heterogêneo o grupo a qual ministrou aulas, mas tinham em comum o interesse pela educação.

⁴ CESP era a empresa paulista responsável pela construção da barragem de Jupia, a hidrelétrica Engenheiro Souza Dias.

Organização Curricular

Os conflitos que se dão em âmbito econômico, ideológico e social são referendados, de forma mediatizada, no currículo. Mas ele não é simplesmente imposto às instituições educativas –passa, antes, por inúmeras determinações–. Como o conhecimento curricular não é neutro, “(...) devemos buscar os interesses sociais incorporados na própria forma do conhecimento” (Apple, 2006, p. 50).

Enfatizamos que “(...) os tipos de recurso cultural e símbolos que as escolas escolhem e organizam estão dialeticamente relacionados aos tipos de consciência normativa e conceitual ‘exigidos’ por uma sociedade estratificada” (Apple, 2006, p. 36). Segundo o autor, o enfoque econômico “(...) não pode esclarecer totalmente o que os mecanismos de dominação de fato são e como funcionam na vida cotidiana da escola” (Apple, 2006, p. 36).

O autor volta-se à análise das relações entre a dominação econômica e a cultural. As escolas, como instituições de preservação e distribuição cultural e econômica, “(...) criam e recriam formas de consciência que permitem a manutenção do controle social sem a necessidade de os grupos dominantes terem de apelar a mecanismos abertos de dominação” (Apple, 2006, p. 37).

Na pesquisa ao examinar os documentos da Escola Normal Dom Aquino Corrêa, Ata de Resultados Finais (1952-1975), e esmiuçar os dados a respeito das disciplinas que o curso ofereceu, verificamos que passaram por muitas modificações. Podemos explicar essas transformações devido a instituição ter se instalado no momento em que os pressupostos escolanovistas (1952-1961) estavam em sua maior expressão na educação brasileira e eram incorporados nos conteúdos e na organização das disciplinas. Mas posteriormente sofreram sua decadência (1961-1968), a partir da ascensão do militarismo, que implantou a concepção tecnicista, especialmente durante os anos 1969 a 1975, ou seja, até finalizar o ciclo histórico de vigência da Escola Normal, mediante a criação da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Dom Aquino Corrêa. Foram conjunturas econômicas e políticas que determinaram parcialmente o currículo da instituição.

Entre os anos de 1952 e 1959, o curso oferecido na Escola Normal Dom Aquino Corrêa seguiu a formação do “regime intensivo” (Art. 9º do Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, artigo 9). Acompanhou as determinações legais federais, apenas acrescentando a disciplina Francês, na primeira série, e Francês, Português e Inglês na segunda série, ou seja, conhecimentos linguísticos e técnicos. No entanto, não se introduziu a disciplina de Prática de Ensino, como regulamentava a determinação federal.

Nesses anos (1952-1959), o estudante para sair habilitado para dar aulas no ensino primário devia contar na sua formação com disciplinas tais como: Português, Francês, Matemática, Psicologia, Anatomia, Metodologia, Desenho, Música, Educação Física, Inglês, Sociologia e Puericultura. Além de algumas áreas do conhecimento se repetirem

no segundo ano de formação, é relevante o fato de não terem prevalecido conhecimentos específicos para a formação de um professor. Segue a exposição das disciplinas na Tabela I abaixo:

Tabela 1. Currículo da Escola Normal “Regime Intensivo” (1952-1959).

1ª Série	1952-1958	2ª Série	1953-1959
Disciplinas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Português 2. Francês 3. Psicologia 4. Metodologia 5. Desenho 6. Música 7. Ed. Física 8. Anatomia 9. Matemática 	Disciplinas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Português 2. Francês 3. Psicologia 4. Metodologia 5. Desenho 6. Música 7. Ed. Física 8. Puericultura 9. Sociologia 10. Inglês

Fonte: EEDAC. Ata de Resultados Finais (1952-1975), elaborado por Hellen Caroline Valdez Monteiro.

Por outro lado, todavia, a partir de 1959, o currículo do curso se remodelou e passou a ter duração de três anos, abrangendo áreas do conhecimento mais específicas à formação docente, em comparação ao oferecimento do curso de regime intensivo oferecido na Escola Normal Dom Aquino Corrêa, de 1952 a 1959.

A Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), no artigo 8º, legislou acerca da organização curricular para a formação dos professores primários, compreendendo três séries anuais, com as seguintes disciplinas:

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Física e química. 4) Anatomia e fisiologia humanas. 5) Música e canto. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Educação física, recreação, e jogos.

Segunda série: 1) Biologia educacional. 2) Psicologia educacional. 3) Higiene e educação sanitária. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Desenho e artes aplicadas. 6) Música e canto. 7) Educação física, recreação e jogos.

Terceira série: 1) Psicologia educacional. 2) Sociologia educacional. 3) História e filosofia da educação. 4) Higiene e puericultura. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto, 8) Prática do ensino. 9) Educação física, recreação e jogos. [Lei Orgânica do Ensino Normal, 1946, p. 2].

Saviani (2013) pondera que, entre 1947 e 1961, houve predominância da Escola Nova nas ideias pedagógicas no Brasil. Esse pode ter sido o motivo da presença das disciplinas “Anatomia e Fisiologia Humanas”, “Educação Física, Recreação e Jogos”, “Biologia Educacional”, “Psicologia Educacional” e “Sociologia Educacional”.

Os renovadores foram intelectuais orgânicos que produziram reflexões relacionadas à educação e ganharam grande visibilidade no país. Saviani (2013) reitera que Lourenço Filho articulou a presença do trabalho no processo de instrução técnico-profissional e na psicologia infantil. Esse autor produziu a obra “Introdução ao Estudo da Escola Nova”, que, segundo Saviani (2013, p. 200), estabeleceu o “(...) tripé científico em que a proposta se assenta: os estudos de biologia, de psicologia e de sociologia, destacando as conquistas da Escola Nova nesses três domínios”.

Como observamos na Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), as disciplinas “Biologia Educacional”, “Psicologia Educacional” e “Sociologia Educacional” foram obrigatórias para a formação de professores. De 1952 a 1959, no currículo da Escola Normal Dom Aquino Corrêa, na primeira e segunda séries, eram ministradas a disciplina “Psicologia” e “Sociologia”, oferecidas intermitentemente. Não temos base empírica para comprovar se, na especificidade da instituição pesquisada, essas disciplinas se voltaram para a educação, como previa a formulação dos escolanovistas e a legislação federal. Além disso, a disciplina “Biologia Educacional” somente aparece no currículo da instituição em 1964, mas a disciplina “Biologia” apareceu na 2ª série do Curso Normal de Três Lagoas em 1960.

A estrutura curricular da Iª série entre os anos 1966 e 1969, era totalmente desigual do primeiro modelo (1952-1959). Nos 23 anos que esteve vigente o Curso Normal, as disciplinas passaram da predominância escolanovista para a formação tecnicista do regime militar. Quando os militares tomaram o poder em 1964, a sociedade entrou em um período de prevenção e/ou punição de qualquer ato de rebeldia social que pudesse contradizer o modo de produção capitalista, como forma de proteger a ordem estabelecida.

Naquele momento, evidenciou-se uma crítica do governo militar à Escola Normal, porque considerava que a formação de professores não estava em conformidade com os reclames do desenvolvimento no país, pois o magistério não contribuía com o progresso nacional, o que significava um desperdício de recursos (Pisaneschi, 2008). Então, passou-se a adotar, em todos os níveis de ensino, a formação profissional obrigatória, que sanou duas situações da época: 1) a demanda por força de trabalho e 2) o ensino médio ofereceu a educação profissional necessária e suficiente para a inserção laboral, sem que o estudante necessitasse frequentar o ensino superior, pois era inviável ao governo militar oferecer esse nível de ensino porque implicava em investimentos de recursos financeiros para sua expansão.

Na formação de professores, sobressaíram-se as disciplinas voltadas à especialização técnica, com predomínio dos conhecimentos pedagógicos necessários para atuar no magistério, tais como: “Psicologia Geral e Educacional”, “Metodologia e Prática de Ensino”, “Desenho e Artes Infantis” que antes eram denominadas apenas “Psicologia”, “Metodologia”, “Desenho”. Começaram a gestar novas especificidades de conhecimentos para formar o professor.

O Decreto Lei nº 869, de 1968, dispôs sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica, como disciplina obrigatória, em todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País. Essa Lei se deu no contexto da ditadura militar brasileira, em que se proclamava o patriotismo. Quem ia contra o regime era considerado “subversivo” e sofria repressão e tortura. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 113), os dirigentes dos movimentos de educação e cultura populares foram “(...) perseguidos, seus ideais, censurados. (...) As lideranças estudantis e os professores universitários que estiveram presentes nas diversas práticas foram cassados nos seus direitos políticos ou tolhidos no exercício de suas funções.” A disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB) permaneceu até 1974 e Educação Moral e Cívica até 1975 no currículo da Escola Normal Dom Aquino Corrêa.

A partir de 1969, houve maior visibilidade da formação prática do professor mediante disciplinas específicas: “Metodologia e Prática de Ensino”, “Desenho e Artes Infantis”, “Psicologia Geral e Educacional”, mas ainda com predominância de conteúdos técnicos e pragmáticos. Em 1970, acrescentou-se a disciplina “Educação Moral e Cívica”; em 1971, “Educação Física, Recreação e Jogos”; e em 1973, Literatura Portuguesa, OSPB e Ensino Religioso, esta última só aparece no currículo em 1973.

Nos anos de existência da Escola Normal, objeto deste trabalho, verifica-se a rotatividade de 26 disciplinas diferentes na 1ª série. Certas disciplinas apenas trocaram a denominação, mas o conteúdo permaneceu; algumas foram incorporadas; outras se extinguíram totalmente, como a Anatomia. O artigo 7º da Lei nº 5692, de 1971, tratava da obrigatoriedade da inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus.

Na observação do currículo, no período analisado (1952-1975), detectamos que em algumas ocasiões englobam conteúdos teórico-práticos, em outras abarcaram conteúdos específicos científicos, o que prova o caráter contraditório da sociedade de classes.

A referida contradição pode ser explicada pela relação entre estrutura econômica e educação, e sua íntima relação entre conhecimento e poder, como afirmou Apple (2006). Por isso analisamos sua complementação de cunho cultural e ideológico, própria de cada conjuntura a quais dividimos os períodos de análise, de 1952 à 1959; de 1960 à 1968 e entre 1969 e 1975.

Conclusões

A Ferrovia Noroeste do Brasil foi criada para escoar produtos de Mato Grosso para os centros consumidores do país, dentre eles, São Paulo. Três Lagoas era ponto de passagem obrigatório dos comerciantes e viajantes que iriam para São Paulo, polo industrial brasileiro. Como consequência da rotação de trabalhadores, passageiros e comerciantes que se relacionavam com a Ferrovia em Três Lagoas surgiu uma intensa demanda pela instalação de instituições escolares de ensino primário para atender os filhos dessas

personas, e também a necessidade de contar com professores formados para atuarem nas escolas. Como temos manifestado no presente artigo, a maioria dos alunos da Escola Normal Dom Aquino Corrêa eram filhos de ferroviários, mas também houve acesso das camadas médias e a burguesia pela qualidade da educação ali oferecida.

Com relação ao currículo, identificamos a presença de disciplinas que foram a base educacional da Escola Nova: Psicologia, Sociologia, Biologia. Mas quando o escolanovismo entra em decadência e começam a emergir o tecnicismo instituído pelo governo militar, as disciplinas da Escola Normal Dom Aquino Corrêa mudaram seu caráter teórico, e passaram a focalizar a profissionalização docente, momento de transição entre o curso normal, e a Habilitação Específica para o Magistério.

Referências

- Apple, M. W. (2006). *Ideologia e currículo*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Basbaum, L. (1982). *História sincera da República*. São Paulo, Brasil: Alfa-Omega.
- Lei Orgânica do Ensino Normal (1946). Rio de Janeiro, Brasil.
- Costa, L. M. (2015). *A trajetória de Wilma Rodrigues de Souza: formação e identidade de uma professora negra no sul de Mato Grosso* (dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, Brasil).
- EEDAC [Escola Estadual Dom Aquino Corrêa] (1952-1975). *Ata de Resultados Finais*. Brasil: Três Lagoas- MT.
- EEDAC (1964-1969). *Livro de Matrículas da Escola Normal Dom Aquino Corrêa*. Brasil: Três Lagoas- MT.
- IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] (1950). *Censo demográfico: 1950*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (1960). *Censo demográfico: 1960*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (1970). *Censo demográfico: 1970*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Haddad, S. e Di Pierro, M. C. (2000). Escolarização de Jovens e Adultos. *Revista Brasileira de Educação*. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=SI413-24782000000200007&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Kill, M. B. (2017, 24 de fevereiro). Entrevista concedida à Hellen Caroline Valdez Monteiro. Três Lagoas, Brasil.
- Lima, T. B. (2017, 24 de fevereiro). Entrevista concedida à Hellen Caroline Valdez Monteiro. Três Lagoas, Brasil.
- Mello, L. S. (2017, 24 de fevereiro). Entrevista concedida à Hellen Caroline Valdez Monteiro. Três Lagoas, Brasil.
- Monteiro, H. C. (2018). *O processo de institucionalização da Escola Normal Dom Aquino Corrêa em Três Lagoas no sul de Mato Grosso (1952- 1975)* (dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, Brasil).
- Pisaneschi, L. S. (2008). *O Instituto Superior de Educação no contexto de produção dos ambientes institucionais de formação dos professores das séries iniciais: uma abordagem histórica* (dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo- SP, Brasil).
- Saviani, D. (2013). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, Brasil: Autores Associados.

Cómo citar este artículo:

Victoria Rodríguez, M. y Valdez Monteiro, H. C. (2019). Formación de profesores em Três Lagoas/MT: Escola Normal Dom Aquino Corrêa (1952- 1975). *Anuario Mexicano de Historia de la Educación*, 1(2), 29-38. DOI: <https://doi.org/10.2935I/amhe.v1i2.222>.



Todos los contenidos de *Anuario Mexicano de Historia de la Educación* se publican bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional, y pueden ser usados gratuitamente para fines no comerciales, dando los créditos a los autores y a la revista, como lo establece la licencia.